

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Curso de Graduação - Bacharelado

Giulliana Zorzi

**O CONCEITO DE DITADURA E OS CASOS DE ANGOLA, CHILE, CUBA E IRAQUE:
MESMO CONCEITO, DIFERENTES VERTENTES**

Monografia

Brasília
2018

GIULLIANA ZORZI

O CONCEITO DE DITADURA E OS CASOS DE ANGOLA, CHILE, CUBA E IRAQUE:
MESMO CONCEITO, DIFERENTES VERTENTES

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política,
como parte dos requisitos necessários à obtenção do título
de Bacharela em Ciência Política

Orientador: Professor Aninho Mucundramo Irachande

Brasília

2018

*Dedico esta tese à minha mãe, Maria, ao meu irmão e ao
meu pai, meus entes mais queridos.*

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha mãe, Maria, e ao meu pai/tio, Antônio, por todo suporte que me deram, desde a difícil decisão de qual Universidade frequentar até as últimas semanas da elaboração desta tese. Gostaria, também, de agradecer o meu companheiro de vida, Caio, que sem a sua revisão textual esta tese não ficaria tão bem escrita. Agradeço, também, o meu irmão, Danilo, que mesmo distante, foi a luz que me guiou para que eu nunca desistisse da graduação.

Gostaria de agradecer, também, ao meu orientador, o Professor Aninho Irachande, cuja paciência comigo foi enorme e que, mesmo com as minhas sumidas, não desistiu de mim.

Por fim, agradeço o meu padrasto, Rossano, e o meu pai, Gilceu, que são as forças ocultas e os pilares que orientam o meu ser, mesmo que não saibam disso.

Resumo

Esta tese compara a origem do conceito de ditadura com o seu uso moderno. São analisados quatro casos do século XX, de acordo com os modelos apresentados por Bobbio no *Dicionário de Política*. Separados em dois debates, o primeiro sendo “Ditadura Revolucionária vs. Ditadura Conservadora” analisando Cuba e Chile, respectivamente, e o segundo, “Ditadura Militar vs. Ditadura Política”, revendo os casos de Iraque e Angola, respectivamente. A monografia, também, identifica e analisa as similaridades e as circunstâncias que levaram a esta forma de governo.

Palavras-chave: Ditadura; República Romana; Autoritarismo; Revolução Cubana; Pinochet; Saddam Hussein; Angola.

Abstract

This thesis compares the origin of the concept of dictatorship and its' modern use. It also analyzes four cases of the 20th century, according to the dictatorship models presented by Bobbio in Dictionary of Politics. Separated in two debates, the first one being "Revolutionary Dictatorship vs. Conservative Dictatorship", revisiting the cases of Cuba and Chile, respectively, and the second being "Military Dictatorship vs. Political Dictatorship", analyzing the examples of Iraq and Angola, respectively. This thesis also identifies and analyzes the similarities and the circumstances that lead those countries toward this government model.

Keywords: Dictatorship; Roman Republic; Authoritarian rule; Cuban Revolution; Pinochet; Saddam Hussein; Angola;

Sumário

Introdução	8
O Conceito de Ditadura e a República Romana	14
Ditadura revolucionária vs. Ditadura conservadora	23
Ditadura militar vs. Ditadura política	30
Considerações finais	37
Bibliografia	46

Introdução

Em tempos em que um governo necessariamente precisa ser democrático, qualquer indício de força, de imposição de vontade ou de “opressão” já se torna motivo para chamar um governante de ditador ou um governo de ditatorial. Seria uma ditadura aquela em que os governantes estão trabalhando pelo bem da população, mesmo que não tenham sido eleitos democraticamente? Se assim o fosse, seria curioso analisar os governos que são entendidos como ditaduras, sendo que os governantes foram “eleitos” - embora em alguns casos as eleições tenham sido fraudadas. Uma boa parcela dos casos de ditaduras na América Latina tinham como objetivo “preservar” o Estado e a população e, oficialmente, foram eleitos democraticamente.

Se ser eleito fosse fator determinante para que um Estado seja considerado democrático, o governo de Augusto Pinochet no Chile seria assim determinado, apesar de representar um dos períodos mais violentos do país. Apesar disso, quais são as circunstâncias e os critérios que levam a enquadrar um Estado como detentor de uma ditadura? Mesmo com noções de senso comum, é difícil enquadrar facilmente um governo como ditatorial sem realizar estudo prévio do caso.

Em “De la Dictature”, Duverger (1961) traz três elementos que necessariamente precisam ser analisados para determinar se um governo é ou não ditatorial. Esses elementos são: a nebulosidade em torno das regras para a sucessão do poder; a concentração do poder ilimitado que o governante possui e a falta de acessibilidade da população no governo. O que isso quer dizer é que regimes ditatoriais não deixam brechas para a penetração da população na política, concentrando todo o poder nas mãos de um seleto grupo, que fará de tudo para não deixar escapar a influência que possui. A falta de clareza no processo eleitoral também é um fator curioso, tendo em vista que muitas ditaduras continuaram realizando eleições, apesar de fraudulentas ou realizadas por meio de um sistema de eleição indireta.

Na atualidade, qualquer Estado que não respeite as liberdades individuais de seus cidadãos, bem como a falta de representatividade no governo, são tidos como ditatoriais. Um governo opressivo sob sua população é autoritário, termo comumente utilizado como sinônimo de ditadura. Um ditador é aquele governante que detém todo o poder nas suas mãos, tal como os

monarcas absolutistas. Uma ditadura é aquela que possui um Estado centralizado, que não deixa a sua população permear a política e participar do processo decisório, escolher seus dirigentes.

Todos estes fatores são noções de senso comum, são exemplos de respostas e definições associadas à ditadura, principalmente no que tange um autoritarismo absoluto. Porém, uma ditadura é uma forma de governo que teve o seu significado deturpado com o passar dos séculos. Na sua originalidade a ditadura era um conceito que foi empregado de forma completamente diferente da existente hoje em dia.

Detentor da missão de preservar a república romana, o ditador romano era nomeado pelo legislativo, com o aval de ambos os cônsules. O ditador não poderia de forma alguma realizar mudanças normativas na constituição da república e, também, não poderia baixar lei ordinária que perpetuasse o seu exercício de ditador. A ditadura romana era, de forma sucinta, um mecanismo extraordinário a ser usado em circunstâncias especiais, restringindo a sua atuação para a asseguuração da República romana e a sua constituição.

Ao contrário do caráter permanente da ditadura moderna, o ditador romano era nomeado somente para responder a uma questão emergencial do governo, seja esta uma alteração na ordem pública, perigo iminente de guerra. De forma geral, era chamado para resolver questões desburocratizadamente, pois seguir os trâmites normais levariam à uma demora intransigente e intransponível para a resolução das questões. Para Bobbio (2004), a ditadura romana era um órgão excepcional que possuía ritos para a sua instituição, seguindo dentro de limites definidos pela constituição, devido a uma situação emergencial.

Foi, provavelmente, no começo do século III a. C. que o conceito de ditadura lícita foi substituída pela ilícita dos generais romanos. Apesar de já apresentar certa deturpação, a ditadura ainda buscava manter algum vínculo legal para a sua legitimação. No século I a.C. houve um “golpe”, em que Sila tomou o poder das mãos de Mário. Sila não foi motivado pelo sentimento protecionista da República romana, apesar de se sentir o protetor da constituição desta, como em Direito (2017).

Na sua originalidade, uma ditadura teria somente um caráter, o emergencial que protegia o Estado de ameaças externas e internas. Na atualidade, uma ditadura pode ter diversas facetas, com tipologias bem diferentes, com critérios de definição divergentes. Apesar de possuírem

vertentes diferentes, as ditaduras romanas e modernas possuem alguns elementos em comum. Esses elementos são: a concentração - quase - ilimitada do poder; a forte influência sobre as forças armadas; e a inacessibilidade da população junto ao governo.

À ditadura moderna, por sua vez, é comumente atribuída um tom negativo. Tal conotação pejorativa deriva da associação errônea dos conceitos de ditadura moderna com absolutismo, autoritarismo, tirania, autocracia e despotismo. Isso se deve ao estereótipo ditatorial, em que o ditador centraliza todas as funções do Estado para si, distribuindo alguns cargos a seus familiares e, algumas vezes, àqueles que estão no mesmo partido político. Além do fator centralizador, um ditador normalmente implementa medidas que irá neutralizar os seus opositores, para que não exista “instabilidade” em seu governo.

Normalmente devastador, esse tipo de regime político deixa rastros dificilmente superáveis para os governantes seguintes, bem como para a população. Se for pesquisar as últimas notícias com o termo “ditadura” na manchete, facilmente encontrará matérias jornalísticas que tratam sobre pessoas que foram presas por conta de crimes cometidos durante períodos ditatoriais ou sobre familiares que ainda buscam seus entes queridos que sumiram durante o período. Isto se deve ao caráter absolutista e autoritário desses regimes.

Com esse tipo de legado, não fica tão distante o pensamento de que essa forma de governo possui muitos pontos negativos. Em um governo que é repressivo com a sua população - a quem deveria servir -, e que persegue aqueles que diferem ideologicamente dela, por menor que sejam as oposições, é possível perceber por que são vistos com maus olhos. Apesar da forma generalista de enxergar um governo ditatorial, essa modalidade de governo possui variações, chamadas de tipologias.

No que diz respeito aos modelos, existem vários debates com dicotomias de modelos ditatoriais. Estes modelos tratam sobre elementos peculiares dos regimes ditatoriais. Os elementos podem ser a forma de ruptura do antigo governo e a inserção do novo governo, tal como a motivação por trás do golpe. Essa motivação pode ser para manter ou quebrar o *status quo*, o paradigma, a forma como estava sendo conduzido o país.

Um outro elemento seria o “comandante” da ditadura, sendo uma ditadura personalista ou uma de um grupo. Dentro dessa dicotomia, existe uma outra dentro da forma de um grupo

instaurar uma ditadura. O grupo dirigente do país poderá ser de uma mesma ideologia partidária ou de dirigentes militares. Estes debates, respectivamente, são: ditadura conservadora vs. revolucionária; ditaduras pessoais vs. oligárquicas; e ditaduras políticas vs. militares.

Esses debates podem incorporar casos históricos que se aplicam de forma sobreposta. Tendo como exemplo o governo de Augusto Pinochet, motivado pela manutenção do status quo, sua ditadura teve o caráter personalista, apesar de ter o apoio integral das forças armadas para a manutenção do seu governo. Sendo assim, o caso da ditadura do Chile poderia se enquadrar em cada um dos três debates. Desta forma, é importante ressaltar que os debates não são excludentes entre si, podendo existir uma certa justaposição.

Apesar desta sobreposição dos modelos, serão abordados casos individuais para cada modelo, selecionando os debates ditadura “revolucionária vs. conservadora” e “militar vs. política”. Para a primeira parte do primeiro debate, nada mais justo do que tratar sobre a revolução cubana, evento que visava a ruptura do statu quo desigual em que o país estava inserido. Para a segunda parte, seria possível abordar as várias ditaduras latino americanas que visavam “proteger” a população do perigo iminente do comunismo. Mesmo com várias opções, o caso a ser estudado a fundo será o exemplo de Chile de Pinochet, que representa até hoje um dos regimes ditatoriais mais violentos e opressivos.

Sobre o segundo debate, os casos do Iraque e de Angola servem como exemplos de ditaduras militar e política. A história deste primeiro é um pouco peculiar por conta dos grupos e minorias inseridos dentro do país que visavam ser ouvidos, mas que não tiveram durante o governo de Saddam Hussein, tais como os curdos, que somente começaram a ser respeitados com a intervenção das Nações Unidas. O caso de Angola é singular entre os abordados por ser o único país a sair diretamente da dominação de seu colonizador para a ditadura, que começou com o governo de Agostinho Neto.

Esses debates foram escolhidos por representarem diferentes formas de pensar em tipos de ditaduras. Como o debate “ditaduras pessoais vs. oligárquicas” representa uma magnitude maior, o debate “ditadura militar vs. política”, que é uma subcategoria das ditaduras oligárquicas, foi escolhido por conta da melhor especificidade do modelo. Já o debate “ditadura revolucionária vs. conservadora” foi escolhido pela maior disponibilidade de exemplos históricos para utilização

em estudos de caso, devido à grande onda de regimes autoritários durante o século XX no continente africano e na América Latina.

Neste sentido, seria possível levantar a hipótese de que ex-colônias seriam suscetíveis a regimes ditatoriais devido ao fato de que o processo de independência, muitas vezes, ocorreram de forma abrupta. Por terem conseguido a libertação de seus colonizadores muito recentemente, e por não terem experiência com regimes democráticos, esses países estariam mais propensos a perderem sua autonomia para diadores do que aqueles cuja democracia já é plenamente estabelecida. Possivelmente, por conta disso, esses países teriam certa dificuldade em estabelecer governos democráticos, levando em consideração a diversidade populacional e a sua devida representatividade.

A maior ocorrência de ditaduras contemporâneas está justamente nos dois continentes que foram colonizados por completo: as Américas e a África, regiões estas com maior incidência de escravidão e de períodos coloniais perdurando vários séculos, esta hipótese seria dificilmente trabalhada, devido à falta de informações a respeito e de respaldo científico sobre os fatos.

Considerando o termo “ditadura” e a sua pluralidade de sentidos e definições, qual seria o fator determinante e invariável para que um governo seja considerado uma ditadura? Os critérios de definição poderiam ser o caráter centralizador, a falta de eleições periódicas ou a violência exercida pelo Estado em cima da população.

Dessa forma, a tese irá analisar quatro tipos de ditaduras, juntamente com quatro casos específicos, para tentar estabelecer um elo comum entre estes. Considerando que cada exemplo possui suas peculiaridades, com fatores diferentes que levaram a essa forma de governo, bem como a execução do governo serem dissemelhantes. As desigualdades dos modelos serão levados em consideração, para uma melhor análise dos fatores.

Esta tese será dividida em quatro partes, após esta introdução. A primeira parte irá explicar a fundo a ditadura romana, na sua origem e aplicabilidade, bem como a transformação ocorrida por este conceito até chegar no significado conhecido em tempos atuais. A segunda parte abordará a primeira dicotomia, sobre ditadura revolucionária *versus* conservadora, explicando o ocorrido em Cuba e no Chile, respectivamente. O terceiro trecho irá tratar sobre a segunda dicotomia, abordando os casos da ditadura militar do Iraque e a ditadura política de Angola. E,

por fim, a quarta parte trará as considerações finais desta tese, considerando a hipótese e quais foram as conclusões tiradas deste estudo.

O Conceito de Ditadura e a República Romana

A palavra ditadura pode ser entendida como, segundo Bueno (1991), o "governo de exceção em que os poderes do Estado se concentram nas mãos de um só homem" (p.377). Esta é a definição corriqueiramente utilizada por dicionários, possivelmente variando entre um ou outro, mas que, em linhas gerais, é a conceituação mais empregada para o termo. No "Dicionário de Conceitos Históricos" (SILVA, 2009), a palavra é relacionada ao conceito de democracia, uma vez que tendem a serem concepções opostas e diametralmente distintas. Os regimes classificados como ditatoriais são aqueles não democráticos, dotados de valor negativo, em oposição aos democráticos, que possuem valor positivo. Aqueles regimes de natureza ditatorial não realizam eleições com participação popular direta, reservando-se ao direito de escolher seus líderes de forma interna e por meio de hierarquia previamente estabelecida. Apesar de ter um entendimento generalista, ditadura é um termo complexo que foi - e é - objeto de estudo de diversos autores, sejam estes historiógrafos ou cientistas políticos, pois possui uma gama de variantes peculiares que incitam o estudo a fundo.

Em seu "Dicionário de Política", Bobbio (2004) possui um trecho dedicado à definição de ditadura, visando o discurso acerca das características fundamentais, bem como as suas tipologias, a diferença entre a função original e a sua funcionalidade moderna. Ao abordar o entendimento generalista de ditadura, o autor relata que há a tendência de atribuir à este termo a classe de governos não-democráticos, principalmente os modernos. Com isto, empregar o termo ditadura para se referir à um governo implica muitas vezes um valor pejorativo, por associar-se como antônimo de democracia. Por falta de melhor termo para denominar os regimes não-democráticos, "ditadura" permanece sendo aplicado. Dessa forma, o que se entende, de forma geral, como um governo ditatorial nem sempre o é, dado que é vedada a realização de eleições diretas e com participação do povo neste - o que não é o caso em alguns governos classificados, de forma simplista, como "ditaduras".

A respeito dos Estados considerados como "ditaduras", comumente são atrelados à estes termos, tais como: autoritarismo, tirania, despotismo, autocracia e absolutismo. Para Bobbio (op.

cit.), a utilização destes cinco termos como sinônimos de ditadura resumem a ideia principal para a classificação de um governo como ditatorial. Isso se deve ao fato de que esses termos representam o domínio absoluto de um seletor grupo sobre o Estado, bem como a total concentração de poder e a falta de representatividade no governo. Por ser caracterizado como uma forma de governo, literalmente, autoritária e, muitas vezes, repressiva, é possível perceber como os termos apresentados por Bobbio acabam se encaixando no conceito de ditadura em seu âmbito moderno.

Segundo Duverger (1961), as características principais de uma ditadura moderna seriam: as regras nada claras para a sucessão do poder, a concentração de poder em caráter ilimitado e a acessibilidade da população ao âmbito político - atrelado ao conceito de soberania popular. A respeito da primeira característica, sobre os problemas nas regras de sucessão de poder, o autor destaca que as ditaduras modernas se apresentam como representantes legítimos da população, o que significaria que o poder emanaria de baixo para cima - das massas para a elite política ou da população para o Estado. O que a história geral dos regimes ditatoriais mostram é que o poder é transmitido de cima para baixo - das cabeças do Estado para a população -, decorrente da concentração de poder, bem como a rigidez desta.

Já sobre a segunda característica, a concentração de poder com caráter ilimitado, é notável que regimes ditos "ditatoriais" tendem a se colocarem acima da lei. Esse elemento, para Duverger (op. cit.), corresponde ao despotismo, que é caracterizado por um autoritarismo opressivo, absoluto e arbitrário. Isso ocorre porque possui meios para impedir o surgimento de oposições, por não ter ninguém no mesmo nível ou em superior, assim são todos seus subordinados e, por agir de acordo com a sua própria vontade, não seguindo nenhuma regra. Apesar de serem características comumente associadas com ditaduras, não são exclusivas destas. Além de ditaduras, encontram-se também em teocracias ou monarquias. Avaliadas as características da concentração de poder, a situação torna esse tipo de governo imprevisível, uma vez que não há legislação que possa controlar o Estado, esteja este nas mãos de um seletor grupo ou de um único indivíduo. Apesar disso, existem certas exceções para esta concentração exacerbada de poder que podem ocorrer em casos de ditaduras moderadas ao utilizarem instituições subalternas possuidoras de certa independência para agirem como fiscais do regime. Como dito antes, isto se

trata de uma exceção entre as ditaduras. Assim sendo, é possível denotar diferenças entre o que o senso comum compreende como "ditadura" e o que é factualmente uma ditadura. No entanto, há atualmente um entendimento diferenciado sobre o que é um regime ditatorial e, portanto, o voto - ou a manipulação deste sistema - passou a ser integrante do conceito moderno de ditadura - porém vale ressaltar que, à luz do pensamento clássico sobre o tema, tal conceito é inaplicável.

A terceira característica marcante das ditaduras modernas é a acessibilidade da população no âmbito político, devido ao governo instaurado e outros fatores sócio-econômicos. Essa participação popular pode ocorrer em duas ocasiões: primeira, no caso de existir um grande interesse por parte da população em participar da política, devido à uma grande transformação social e econômica, o que faz com que um seletivo grupo decida tomar o poder para si para "proteger" o Estado da participação popular; a segunda ocasião ocorre por conta do cenário oposto do anterior, em que há uma baixa modernização da economia e pouca participação popular na política e um seletivo grupo se insere como representantes do Estado para impedir a modernização - visando manter o status quo - ou para acelerar o processo desenvolvimentista para levar à democracia liberal.

Apesar destas características abordadas logo acima, o termo "ditadura", em sua originalidade, não possui relações diretas com a forma em que é utilizado na atualidade. A ditadura moderna é a tomada de poder com duração indefinida, que limita o acesso da população, em geral, à política, não havendo verdadeira representatividade neste tipo de regime. Já a ditadura romana, não visava a troca permanente do poder, era uma medida cautelar para que a república se mantivesse por mais tempo.

Bobbio (op.cit.) trata a ditadura romana como "um órgão extraordinário que poderia ser ativado conforme processos e dentro de limites constitucionalmente definidos, para fazer frente a uma situação de emergência" (BOBBIO, 2004, p.368). Desta forma, dentro de sua legislação, a república romana possuía a ditadura como um recurso único para resolver questões que normalmente demoraria muito mais tempo para se resolverem em condições normais da república romana. Assim, a ditadura era acionada para resolver de forma mais pragmática aquela situação. O ditador, após ser nomeado pelo cônsul ou pelos tribunos, possuía um prazo específico para concluir o propósito pelo qual foi nomeado, que normalmente era de seis meses. Além disto: o

ditador tinha poder total sobre o comando militar; o cidadão romano não poderia recorrer às sentenças penais dadas pelo ditador; situava-se acima dos cônsules e dos tribunos em questão de poder; e seus decretos tinham caráter de lei, sendo, portanto, incontestáveis e de aplicação imediata. Apesar de possuir plenos poderes, o ditador não poderia alterar de forma alguma a Constituição da república romana, bem como legislar acerca de assuntos civis, criar novos impostos para a população ou declarar guerra.

É possível perceber que, apesar de possuir poderes abundantes, o ditador também possuía as suas limitações - medidas cautelares que não permitiam o abuso, fosse temporário fosse permanente, de poder. A ditadura visava a permanência da república romana, conservando a integridade do Estado, ao mesmo tempo em que interrompia o funcionamento de sua ordem constitucional para a execução desta medida. Essa condição estatal, a ditadura, geralmente inclui a concentração do poder em um órgão do Estado com a ampliação do poder além do usual. Em certas ocasiões, limitava ou suspendia os direitos dos cidadãos, caso a república romana estivesse em guerra, interna ou externa.

A respeito da forma originária de ditadura - a romana -, Carlos Gustavo Direito realiza uma análise jurídica a respeito disto. Para o autor, “o ditador temporário era um magistrado extraordinário com poderes ilimitados, indicado pelos cônsules, para, no prazo de seis meses, fazer frente a uma situação de emergência que colocasse em risco a república” (DIREITO, 2017, p. 144). Assim, em caso de desordem interna ou externa, o Senado consultaria um dos cônsules romanos para nomear o ditador temporário. Este possuía poderes excepcionais, comandando soberanamente a cidade e o exército para além das delimitações espaciais da cidade. Possuía também o poder centralizado em suas mãos, mas não podia realizar mudanças constitucionais, bem como não podia promulgar alternativas para perpetuar o seu poder e seu tempo como ditador. O autor define esta forma excepcional de governar como um híbrido de monarquia e república, que é o império. Apesar disso, Direito (op. cit.) aponta que, no final da república, após as guerras púnicas, a ditadura romana já era relativamente próxima ao conceito na modernidade, pois os ditadores romanos estavam visando manterem-se no poder pelo máximo de tempo possível. Com isso, o conceito já se encontrava em processo de transição para o que hoje se entende como ditadura, dando plenos poderes ao governante e a seus correligionários, no intuito

de permanecer no poder o máximo de tempo possível, ainda que contra a vontade da maioria - esta, inclusive, poderia ser alvo de ataques ao menor sinal de indisposição com a forma de governo vigente.

A respeito de sua história, Peixoto (1960) relata que a primeira ditadura apareceu nos princípios da República, após uma coligação de mais de trinta nações se voltarem contra o povo romano. Sendo assim, foi estabelecida legislação que permitiria a suspensão da República para a manutenção da mesma, ao controlar situações que não seriam contornáveis caso não existisse tal regulamentação. Após seu estabelecimento, foram criados diferentes tipos de ditaduras, cada tipo com uma função, tais como aquelas com a função de preencher o Senado desfalcado e a de convocar comícios. Na primeira metade do período em que a República existiu, a ditadura geral era amplamente utilizada, enquanto, na segunda metade aplicadas as ditaduras especializadas, que duraram pouco tempo. As que perduraram a segunda parte da República romana são as ditaduras perpétuas, que se legitimaram ao tentar salvar o Estado, mesmo com o retrógrado discurso sobre ocupação definitiva do poder e a alteração da República para uma monarquia.

O modelo de ditadura com “prazo de validade” foi tratada por vários autores modernos, tais como Jean-Jacques Rousseau, que a via com admiração e entendia que a única alternativa legítima para a retirada de poder das leis seria para salvar o Estado. Mesmo nessa hipótese, Rousseau (2010) pensava que as ocorrências deveriam ser raras e com o intuito de tão somente proteger a segurança pública. O autor demonstrava que a suspensão temporária das leis não impediria a ação dos legisladores, uma vez que o próprio ditador podia suspender algumas leis, mas não poderia de forma alguma legislar, elaborar novas normas. Assim, Rousseaus enxergava a ditadura originária, a romana, como medida técnica para manter a República e a integridade do Estado, perpetuando o status quo.

A respeito disso, Direito (2017) relata que, nos tempos modernos, o conceito de ditadura constitucional foi usado para justificar decisões que não seriam permitidas caso fossem tomadas no período da República romana. Ao analisar a origem de ditadura e compará-la com a ditadura moderna, percebe-se que são bem distintas em sua execução. O caráter provisório e de exceção que busca mostrar a necessidade temporária de uma mudança brusca, justificando-se na sua legitimidade jurisdicional.

Nesse ponto, Duverger (1961) aborda três hipóteses acerca dos governos autoritários e o fundamento para a sua existência. A primeira hipótese trata da legitimidade que as ditaduras modernas invocam para si. Essa “legalidade” do governo em seu regime se deve à existência de uma instituição e representantes em diferentes esferas, por não ser totalmente centralizador e ainda possuir órgãos que legitimam aquele Estado.

A segunda hipótese tratada pelo autor é a diferença entre o usurpador e o ditador. Antes de adentrarem no Estado, utilizam da força e da violação das regras normais para atingirem o objetivo. A discordância entre estes se dá após a tomada de poder, em que o ditador e o usurpador possuem formas de atuação no Estado diferentes, sendo este último apressado para entrar no sistema político que penetrou. O ditador não tem como objetivo governar de acordo com as normas pré-estabelecidas, mas sim modificá-las.

A terceira suposição tratada por Duverger retoma a questão da legitimidade, abordando como a ditadura clássica era legitimada por regras institucionais, criado com o intuito de comandar o Estado durante tempos de crise. Além disto, o ditador possuía suas atribuições fortemente limitadas pela jurisprudência romana, bem como o seu tempo de permanência, que geralmente era de seis meses. A ditadura moderna, por sua vez, se autointitula dessa forma para mascarar a violação na ordem legítima. Porém existe um ponto de convergência e um de divergência entre as ditaduras originárias e as modernas. Estas estão em conformidade entre si ao possuírem a concentração do poder de caráter absoluto em suas essências. Em contraposição, ambas se diferem, pois a romana é legitimada por regras constitucionais, ao passo que a moderna visa trocar a forma constitucional vigente. Mesmo se apresentando como temporárias, as modernas acabam perdurando décadas sem a previsão de encerramento do regime, enquanto a ditadura romana possui um "prazo de validade" pré-estabelecido ao nomear a ditadura com o seu representante.

Acerca de suas similaridades, Silva (2009) relata que, apesar de suas diferenças ao serem instituídas, as ditaduras no mundo moderno possuem algumas características essenciais, tais como: o fortalecimento do poder executivo e o enfraquecimento dos poderes judiciário e legislativo; a redução em direitos individuais e políticos e a utilização exacerbada da força por parte do Estado contra a própria população. A ditadura caracterizou-se como um mecanismo da

república romana que não colocava em risco a ordem constitucional existente. Por conta disto, a ditadura romana é denominada de ditadura constitucional e não durável. Já a ditadura moderna é inconstitucional e durável por se mostrar uma forma que toma o poder para si, dizendo ser temporário e acabar durando 17 anos, como foi o caso do Chile no governo ditatorial de Augusto Pinochet, que será tratado mais para frente, ou mais. Assim, é necessário haver o desejo de transgredir normas e de romper com o *status quo* para que a ditadura moderna seja enquadrada como tal.

Acerca das tipologias, se faz necessário apresentar algumas variáveis que auxiliam a interpretação e tipificação dos diferentes tipos de ditadura, como fez Bobbio (2004). As variáveis são: as características da elite dominante naquele momento histórico; a natureza do poder do regime; a ideologia seguida pelo ditador e seu grupo; o objetivo almejado; e se possui uma base social. Dentro de cada variável, existem dois tipos de ditaduras que se baseiam principalmente naquele critério. Assim sendo, no que diz respeito sobre a natureza do poder do regime, existem as ditaduras totalitária e a autoritária. Essa última utiliza formas tradicionalistas de poder coercitivo, tais como exército e a polícia. Uma ditadura autoritária é marcada pela incapacidade do ditador de entrar nas instituições e nos grupos sociais, recorrendo ao uso de força repressiva para controlar a oposição. Já as ditaduras tidas como totalitárias, além de utilizarem as formas coercitivas tradicionais do modelo autoritário, usam também instrumentos que permitem infiltrar-se nos meios de comunicação, nas instituições econômicas e no sistema educacional, através do apoio de um partido único das massas e do controle de fluxo de informações transmitidas pela mídia local e nacional.

No que concerne ao objetivo perseguido pelo regime ditatorial, existem as ditaduras revolucionária e conservadora. A primeira visa acabar, de forma radical, com a antiga ordem político-social e introduzir uma nova. Já a segunda tem como intuito manter a forma atual, manter o status quo, defendendo o Estado de uma ameaça grave de mudança do status quo. Dessa forma, podemos enquadrar a ditadura romana como uma ditadura conservadora, por tentar preservar o Estado na sua constituição vigente salvaguardando seus costumes e defendendo-se de ameaças, sejam elas externas ou internas.

Ao tratar sobre as características da elite dominante, Neumann (1969) trata da forma de recrutamento para o seletivo grupo que fará parte do governo e da administração pública. A respeito disso, o autor traz a dicotomia entre ditaduras militar e política, o que depende da forma de recrutar os membros de gabinete e os chefes das pastas. Uma ditadura militar irá recrutar membros do exército, ao passo que ditaduras políticas recrutam membros de um partido específico ou inclinações ideológicas similares. Em casos de ditaduras políticas, normalmente o partido dominante deste governo se transformará em partido único, extinguindo todos ou a maioria dos partidos. Já nas ditaduras militares, o governo segue a hierarquia preexistente da ordem militar para nomear membros e chefes de seções e de órgãos, dado que não pode haver representantes de patentes mais baixas ocupando cargos que impliquem em subordinar aqueles de patentes mais altas - ou seja, o critério de escolha daqueles que vão ocupar cargos obedece ao princípio hierárquico, não ao meritocrático.

Além destas, também são apresentadas as ditaduras pessoais e oligárquicas. Essa dicotomia também diz respeito à forma de recrutamento, mas trata primordialmente sobre a concentração de poder. Em caso de uma ditadura pessoal, o poder se encontra todo nas mãos do ditador, de um único indivíduo. Aqueles que o auxiliam diretamente lhe dão sua absoluta obediência, acreditando piamente na capacidade extraordinária do ditador, ou simplesmente por terem medo das consequências de não seguirem à risca as ordens do chefe. Os regimes oligárquicos concentram o poder nas mãos de uma cúpula que possui o poder de tomada de decisão de forma praticamente igualitária. Mesmo em casos assim, haverá um seletivo grupo dentro da cúpula que possuem maior influência sobre o que acontecerá com aquele Estado.

Ao tratar de propriedades da ideologia desses governos, Neumann (op. cit.) usa uma escala para tratar sobre o grau de elaboração ideológica. Assim, no grau superior encontram-se as ditaduras totalitárias, que despendem esforços para mobilizar o apoio da população. Abaixo disso, estão a ditadura revolucionária - já abordada anteriormente -, a conservadora, a política, a militar e, na extremidade inferior, está a ditadura chamada de simples.

Esta última possui uma maior distância entre o Estado e a população em que a elite dominante atua e se mantém unida para garantir interesses próprios, em que não há diálogo com a população. Outro autor que trata sobre essa forma ideológica de levar a ditadura, Moore (1970)

estuda os casos de ditaduras com partidos únicos, em que a ideologia é a sua fundamentação para a legitimidade daquele governo. O autor produz quatro tipos de ideologias, que são: as totalitárias, que são instrumentais e visam a alteração completa da sociedade; as quiliásticas, que são expressivas e visam também a transformação total da sociedade; as tutelares, que são instrumentais e visam a alteração parcial; e as administrativas, que são expressivas e buscam uma transformação parcial. Dentre os quatro tipos apresentados por Moore (op. cit.), somente a forma administrativa não pode ser considerada característica de regimes ditatoriais.

Em relação ao último critério das tipologias, a base social abordada por Duverger (1961) apresenta a dicotomia ditaduras sociológica e técnicas. A primeira é decorrente de uma crise na estruturação social e na legitimidade do poder político, que provavelmente não possui legítima representatividade. A segunda representa a crise da conjuntura daquele momento, respondendo às necessidades de um grupo que é protagonista no Estado, com o sentimento de falta de administração técnica.

Considerando os diferentes debates que podem ser levantados ao analisar esses critérios utilizados por Bobbio (2004), os que mais chamam atenção devido à sua aplicabilidade em casos históricos são os debates “ditadura revolucionária x conservadora” e “ditadura militar x política”. Por serem formas ditatoriais mais comuns, a possibilidade de analisar essa tipologia é maior. Assim, serão analisados quatro governos ditatoriais do século XX. Desta forma, os próximos capítulos desta monografia trarão os debates dos modelos com seus exemplos históricos dedicados, incluindo uma análise acerca das semelhanças e das diferenças dos modelos aparelhados.

Ditadura revolucionária vs. Ditadura conservadora

Como tratado no capítulo anterior, um dos debates de modelos de ditaduras é aquele que promove a dicotomia “ditadura revolucionária vs. ditadura conservadora”. A ditadura revolucionária caracteriza-se como a forma ditatorial que foi instituída com o intuito de subverter o *status quo*, de alterar a forma vigente do Estado. A denominação “ditadura revolucionária” ocorre justamente por ser motivada pelo grande interesse em mudanças institucionais e, até mesmo, constitucionais. Já a ditadura conservadora, por sua vez, possui a motivação contrária - deriva da vontade de proteger o Estado de ameaças, internas ou externas, para que nada mude, mantendo o *status quo*.

Um exemplo de ditadura revolucionária seria o caso de Cuba, instaurada em 1959. Após seu processo de independência, que durou 30 anos, da Espanha, o país passou por um período de certa instabilidade política, contando com períodos em que o poder da ilha se encontrava em mãos norte-americanos, até chegarmos na ditadura de Fulgencio Batista. O militar foi presidente, entre 1940 e 1944 e também de 1952 a 1959, antes de ser destituído pela revolução.

O segundo governo de Batista é marcado pelo seu golpe de Estado para tirar Prío Socarrás do poder e retomar o seu governo. A partir do momento em que Batista retoma o cargo de Presidente de Cuba, surgem as primeiras manifestações contra o governo deste. A oposição ao governo é composta por adeptos do presidente destituído e até mesmo por membros do Partido Ortodoxo, do qual Fidel Castro fazia parte e começou a destacar-se, juntamente com o seu irmão, Raúl. Ambos ajudaram a liderar dois assaltos - aos quartéis de Bayamo e de Moncada - que tinham por intuito arrecadar armamento para a luta contra o governo ditatorial de Batista. No caso deste último, houve uma baixa de 90 dos 135 que incorporaram o grupo, a maioria foi assassinada após o combate, sendo que os irmãos Castro foram encarcerados juntos com as lideranças da ação. Os assaltos à Moncada e Bayamo marcam o começo da Revolução Cubana. Após isto, foi questão de pequenos ataques até que se conseguisse destituir Batista do poder (AYERBE, 2004).

Como é possível notar, a motivação principal para a revolução era por fim a um governo que não respeitava a democracia instaurada no país e a ausência de liberdade da população, além

da má distribuição de terras, com concentração de renda na mão de poucos. Os revolucionários pretendiam melhorar o desempenho econômico de um país predominantemente agrícola por meio de mudanças na distribuição de propriedade. Na parte do setor econômico, os Estados Unidos influenciava muito o país, uma vez que se inseriam nas plantações de cana-de-açúcar, refinarias de petróleo, e sistemas telefônico e elétrico.

Dessa forma, os líderes da revolução se baseavam em noções nacionalistas, visando iniciar medidas que fortaleceriam a economia cubana, passando a depender menos da intervenção estadunidense e de importações. Apesar disso, o posicionamento de Fidel Castro sobre o assunto não era de eliminar relações com os Estados Unidos mas, sim, de regular as oligarquias nacionais e o regime político que estas estavam acostumadas. A pretensão era a redistribuição de terras para a agricultura, bem como facilitar o acesso da população à educação, saúde, visando o bem-estar social em geral.

Há, no entanto, uma ressalva a se fazer sobre a questão econômica cubana. No período, o país apresentava fortes sinais de modernização, superando alguns países da região. Apesar de apresentar um forte crescimento econômico - pouco diversificado -, havia uma grande concentração de renda por parte das oligarquias. Com a revolução, todavia, a economia cubana enfrenta resistências em diversos setores e contra atores externos, uma vez que o país estava incorporando o socialismo pleno e o mundo a sua volta era predominantemente capitalista. Dessa forma, a ilha acabou isolada economicamente e perdeu seu potencial de modernização para o embargo comercial liderado pelos EUA - principal nação capitalista e rival da União Soviética.

O fator essencial de uma ditadura revolucionária é a sua vontade de tomar o poder para alterar os paradigmas do país. Essa foi a motivação principal da revolução cubana, mas por que é chamada de ditadura? Após a revolução, o primeiro presidente permaneceu no cargo por dois dias, o segundo por mais dois e o terceiro durou seis meses. Somente após o terceiro presidente - Manuel Urrutia Lleó - sair do cargo que o país entrou em um período de estabilidade - em termos de permanência do chefe de Estado -, mas acabou entrando em um período ditatorial que durou 59 anos e teve apenas três presidentes nesse período. Os chefes de Estado que comandaram durante quase seis décadas foram Oswaldo Torrado - um advogado que fazia parte do Partido Comunista de Cuba -, Fidel Castro - líder do mesmo partido e considerado salvador da ilha - e

Raúl Castro - irmão de Fidel, que assume o governo quando este já se encontrava com a saúde debilitada. A saída de Raúl ocorreu em abril de 2018, com a eleição e a assunção do cargo de presidente de Miguel Díaz-Canel.

O história cubana poderia se encaixar em três dos quatro casos de ditaduras tratados nesta tese. Como dito há pouco, a revolução cubana visava alterar o paradigma, enquadrando-se na ditadura revolucionária. O país se encaixaria na ditadura conservadora no período de usurpação de poder por parte de Fulgencio Batista, durante o qual se buscava manter o *status quo* e evitar grandes mudanças no país. A última forma de ditadura que se encaixaria seria a ditadura política, uma vez que o governo instaurado pós-revolução concentrou o poder do Estado nas mãos de Torrado e dos irmãos Castro, todos pertencentes ao Partido Comunista de Cuba, caracterizando uma ditadura unipartidária. Uma característica predominante de ditaduras é o sistema eleitoral, que contém somente um partido, às vezes contando com uma oposição figurativa e sem qualquer representatividade real nas decisões governamentais. A pluralidade partidária acabou se tornando símbolo de democracia, pela diversidade e maior possibilidade de representação dos interesses da população. A cultura pluripartidária não se encaixa no perfil ditatorial e, por isso, ditadores preferem instaurar uma política governamental unipartidária para evitar lidar com uma resistência multilateral.

Ao passo que Cuba teve um golpe de Estado para mudar a forma como o país estava sendo comandado, Chile passou por esse processo com o intuito de preservar a forma instituída anteriormente, protegendo o país do comunismo. Dessa forma, Augusto Pinochet, com o golpe militar, buscava preservar o país de ameaças externas e internas, como trata Aravena (1997). O processo que levou ao golpe em 11 de setembro de 1973 começa com a ascensão de Eduardo Frei Montalva ao governo em novembro de 1964, poucos meses após o começo do regime militar no Brasil.

A América Latina, como um todo, passava por um momento de severas transformações, por conta da chegada dos militares ao poder em diversos países, como Bolívia, Peru e Argentina – portanto, a história da imagem sociopolítica do Chile geralmente se confunde com o panorama político geral da região. A política chilena manteve-se instável pelas últimas três décadas, tendo a polarização advinda da Guerra Fria como centro das atenções dos anos 1960 até os idos dos anos

1990, passando pela longa transição democrática ao longo dos anos 1980 (ARAVENA, 1997, p. 49-52)

Entre 1950 e 1970, o Chile era grande exportador de salitre, tendo ingleses e norte-americanos (estes, após a Guerra do Pacífico, que foi de 1879 a 1883) como principais consumidores, formando-se, assim, a “economia de enclave”, controlada diretamente pelo capital internacional, ao passo que a produção agrícola foi posta em segundo plano. Além disso, o país era estável politicamente, dada a formação de alianças entre liberais e conservadores ali estabelecida, mas as Forças Armadas foram se isolando socialmente, por conta de um sentimento de superioridade em relação às outras classes, bem como o operariado, uma vez que havia uma clara dissociação do poder econômico do político. Foi a partir de fins da década de 1950 que começou a haver mutações no cenário do país, influenciado pela Revolução Cubana (por conta de movimentações da esquerda) e pela eleição de Eduardo Frei (que era da direita). Frei encaminhou a integração política dos grupos subalternos à burguesia e uma reforma econômica, no intuito de conter a radicalização dos grupos de esquerda, mas seu governo foi visto como um entrave às transformações sociopolíticas vindouras, sobretudo por conta da urgência de uma reforma agrária, dividindo a sociedade chilena no período eleitoral de 1969. Allende ganhou por uma margem muito pequena, o que importou aos conservadores a tentativa de resistência à posse do presidente eleito, havendo, inclusive, tentativas de golpe de Estado, naufragadas diante da necessidade latente da sociedade dali de um novo tipo de governo, mais autoritário e condizente com a vontade popular de se aproximar do discurso socialista de Cuba.

Allende defendia três pontos fundamentais em seu discurso político: conquistas encaminhadas ao longo dos três anos de seu governo (ou seja, antes da ocorrência do golpe de Pinochet que o tirou do poder), medidas que visavam aprofundar as transformações sócio-econômico-políticas, e identificação imediata dos grupos que resistiam ao conjunto de medidas governamentais da esquerda. As principais conquistas de Allende foram a reforma agrária e o sistema de autogestão do operariado da indústria manufatureira. As transformações planejadas eram a reforma agrária, a reestruturação da malha industrial e a descentralização da economia. Já a identificação dos grupos de oposição às reformas vinha dos EUA, afetados diretamente pela nacionalização do sistema financeiro, e da burguesia nacional, irada com o

aumento do controle estatal sobre a produção manufatureira, além dos problemas de alinhamento de perspectivas de Allende com o Congresso, que discordavam veementemente quando este aprovava projetos fora do escopo socialista. Assim, os atos legislativos interpostos por Allende eram rapidamente barrados ou frugalmente modificados quando no Congresso chileno, dificultando, assim, a sanção presidencial do texto emendado.

Durante o governo de Montalva, a revolução que se instaurou trazia o conceito de “democracia integrativa”, que colocava como pilares o humanismo cristão, a consciência de uma elite governamental a respeito do subdesenvolvimento e dos conflitos que dela surgem, e o respaldo à continuidade da democracia. Montalva se contrapunha ao governo cubano de Fidel Castro, posto que colocava a cristandade em primeiro plano e trazia para si o apoio dos Estados Unidos, além de colocar em evidência as relações diplomáticas, traçando um plano de contato com a União Soviética, e de estabelecer os primeiros tratados acerca da reforma agrária no país, objetivando ao nacionalismo integrado que, mais tarde, seria consolidado por Allende.

Este, por sua vez, ainda que eleito democraticamente, foi um marco nas profundas mudanças políticas que ocorriam à época da virada dos anos 1960 para os 1970, haja vista que a democracia ali era uma questão real, não meramente formal, mas culminou na ruptura da ordem constitucional com a assunção de militares de alta patente em altos cargos do governo. Ao passo que as relações exteriores sofreram poucas alterações, pontuadas pela expansão das relações com os países socialistas, a política interna virou quase uma antítese de Montalva, partindo da nacionalização do cobre (item mercadológico de alto valor no Hemisfério Sul) em prol da volta da liberdade do país, levando os EUA a reagirem diretamente para deter o movimento de não-alinhamento que se levantava ali.

Foi somente com Augusto Pinochet, que assume em setembro de 1973 em uma Junta Militar, que o Chile se revoltou totalmente contra a bipolaridade e se tornou um pária junto ao sistema internacional. O país atravessa uma grave crise econômica, e somente no início dos anos 1980 é que consegue se recuperar. A política foi totalmente tomada pelos militares, que faziam parte do projeto nacional autoritário de Pinochet, junta da conformação do estilo diplomático mais ideológico do que pragmático e da adoção de uma política externa fortemente anticomunista mas que, por questões ideológicas, dificultou Chile e EUA de manterem relações próximas

àquela época. Além disso, a questão da violação dos direitos humanos era clara e ajudou a isolar ainda mais o país ao longo do período militar que passou. Era de conhecimento interno e externo que as forças paramilitares de Allende torturavam e matavam opositores ao poder, mas não havia interesse internacional em matéria de intervenção no país, posto que o governo estava bem posicionado no conflito dual entre as forças socialista e capitalista.

Advindo das Forças Armadas, Pinochet trouxe a Doutrina de Segurança Nacional para os holofotes da política chilena. O golpe foi articulado primeiramente pelos comandantes da Marinha e da Força Aérea – Pinochet, junto de Orlando Urbina Herrera, envolveram-se no projeto mais tardiamente, tendo em vista o direcionamento legalista do general, mais voltado para a direita e propondo uma ruptura da política de Allende, que nunca teve apoio de uma parte significativa da sociedade. Para tal, seguiu-se um crescimento exorbitante e inédito da violência pelo país, com vários legalistas sendo presos e torturados, e culminando com o episódio do bombardeio do palácio presidencial, que resultou na morte de Allende, que se recusava a render-se. Começa, então, o Estado do Terror, que, por 17 anos, trouxe medo e violência para o Chile, trazendo Pinochet como um ditador que pretendia expurgar o comunismo e que tomava as rédeas da imprensa.

A data de 11 de Setembro de 1973 é representativa tanto para seus detratores – que viram ali o fim da experiência socialista – quanto para seus defensores – que viram em Pinochet a salvação da sociedade chilena, imagem esta fomentada pelas políticas governistas de controle da mídia. Ao fim do governo de Pinochet, surgiu a “vontade de amnésia” e a necessidade de uma transição saudável do governo militar para o civil, resultando no afastamento da direita e dos militares em meados da década de 1990. Atualmente, debate-se a importância e o tamanho do legado do 11 de Setembro, que relembra a população de toda a violência mas também da herança sociocultural de Pinochet, como o sistema educacional, o modelo econômico e a desigualdade social. Ainda que sua ditadura tenha sido sanguinolenta, há aqueles que defendem a importância dela para que o Chile ocupe sua atual posição de destaque no mercado internacional.

Com isso, é possível perceber como os dois exemplos de ditadura são amplamente diferentes, seja em sua forma viabilizadora de tomada de poder quanto a maneira de conduzir o governo. O governo de Pinochet é fortemente criticado por conta das violações de direitos

humanos e a repressão enfrentada pela população, contando que este permaneceu no poder durante 17 anos. No caso de Cuba, Fidel Castro ocupou o cargo de presidente do país durante 32 anos. A motivação de Fidel era diferente de Pinochet, mas em ambos os casos os países sofreram, principalmente economicamente. A situação econômica de Cuba foi agravada por conta das retaliações que sofria de outros países e por ser um país socialista isolado na sua região, que era predominantemente capitalista. A situação chilena foi agravada pela administração e não somente por conta da intervenção de outros países. Sua situação econômica era razoável, por conta das exportações e dos subsídios advindos dos EUA, que eram aliados ao Chile somente na questão econômica, dado que a ideologia de Pinochet era divergente da norte-americana.

Assim sendo, o próximo trecho desta tese irá abordar um outro debate de modelos de ditadura: “militar vs. política”. Os casos de Cuba e de Chile poderiam se encaixar também nesses modelos, uma vez que os debates não são excludentes, já que são definidos por critérios diferentes que compõem os regimes. A ditadura no Chile era militar, desde o golpe até o final do regime. A ditadura em Cuba foi - e vem sendo - comandada por um único partido durante os últimos 60 anos, já que o atual presidente do país, Miguel Díaz-Canel, também faz parte do Partido Comunista de Cuba, o mesmo dos irmãos Castro.

Ditadura militar vs. Ditadura política

Como visto anteriormente, os modelos de ditaduras são conceitos que podem ser implementados em diversos casos. No debate de ditaduras militares e políticas, um caso histórico importante da primeira é o regime de Saddam Hussein no Iraque. Já sobre o segundo caso, ditaduras políticas, podemos citar o caso de Angola. Ambos os casos serão retratados abaixo, da mesma forma que foram Cuba e Chile.

A respeito do caso do Iraque, o documento do Congresso dos Estados Unidos que reúne as principais características do país, bem como a sua história, trata de algumas das principais características do governo de Saddam Hussein. Assim sendo, na década de 1920, os iraquianos começam a pressionar o Reino Unido para obter a sua independência, alcançando-a em 1932. Com a recém formação do Estado, tornou-se mais pública a disputa entre xiitas e sunitas para a dominância da política interna. Grupos como os curdos e os assírios resistiam a inclusão no Estado, e ainda hoje são expoentes de importância na luta armada do Oriente Médio.

A resistência desse segundo grupo foi marcada pelo massacre de centenas de assírios de pequenos vilarejos pelo exército iraquiano. A morte de Faisal em 1933 levou a um golpe de Estado em cima do governo pelo General Bakr Sidqi, um curdo, em 1936. Faisal representou os assírios e os iraquianos, pregando união entre sunitas e xiitas na sua atuação como Rei da Síria - até 1920 - e do Iraque - de 1921 até 1933. A partir da década de 1940 houve uma tendência nacionalista, que moldou o relacionamento que o Iraque tinha com os países adjacentes. Dessa forma, o país luta pela preservação de sua cultura e de seus costumes, segundo prega o islamismo, religião predominante nas redondezas.

Com a Segunda Guerra Mundial, o nacionalista Rashid Ali al-Gaylani derrubou o governo de Nuri al Said - que possuía uma política pró-Reino Unido. Com o golpe de Estado de Rashid, pretendia-se antecipar a defesa do país contra uma invasão de britânicos. Após este período, houve o surgimento de um novo partido árabe, os baathistas cresceram a partir de uma comunidade intelectual, aumentando a sua força e recebendo o apoio dos militares. Em 1958, uma revolta liderada pelo General Abdul Karim Qasim derrubou a monarquia e estabeleceu a

república. O governo deste falhou ao tentar consolidar o Estado iraquiano, mas foi de importância sumária para a atual conjuntura política do país.

Quando os baathistas tomaram o Estado para si, em 1963, acabou por desencadeando uma sequência de golpes, com instabilidade e dominação militar em meados da década de 1960. Após o papel controverso do país na guerra árabe-israel, os baathistas tomaram o poder de vez em 1968. Na década seguinte o partido consolidou o seu poder através de Ahmad Hasan al Bakr e Saddam Hussein. Este primeiro governou entre 1968 e 1979; Hussein, por sua vez, governou entre 1979 e 2003. Apesar da data do começo do seu governo, Saddam tornou-se força dominante da política iraquiana a partir de 1970.

Nessa década, Hussein conseguiu estabelecer boas relações com a maioria dos países árabes, melhorando a situação econômica do país. Quando se tornou presidente do Iraque no final da década, começou um processo manipulatório e de eliminação de seus inimigos políticos, procedimento que perdurou todo o seu regime. Em 1980, após longo período de disputa territorial com o Irã, Saddam decidiu invadir o país para dar fim ao conflito e para dominar o território de uma vez por todas. A invasão do Iraque ao seu vizinho é entendida como uma tentativa de assumir o posto de líder do mundo árabe, pois uma das premissas do baathismo é a união árabe. A guerra durou até 1988, chegando a matar um número entre 500 mil e 1 milhão de pessoas, e levou a outros conflitos armados de naturezas interna e externa na vizinhança, visto que a guerra era patrocinada por países de Primeiro Mundo, que visavam a ter controle sobre as reservas petrolíferas às quais estes tinham acesso direto, por estarem localizadas em terras nacionais.

Durante o período, os curdos aproveitaram a oportunidade, já que a força opressiva estava dispersa e seria mais fácil serem ouvidos, para pressionar interna e externamente para existir uma autonomia curda. Durante este período, o Iraque também invadiu o Kuwait, precipitando-se na Guerra do Golfo no início de 1991. Esta invasão provocou ação das Nações Unidas, liderada pelos Estados Unidos, derrotando o Iraque no conflito. Como condição para a retirada das tropas militares dos Estados Unidos e das Nações Unidas do território iraquiano, foram exigidas a restrição do uso de armas do país, a proteção da comunidade curda e também sanções econômicas.

A força militar, no caso do Iraque, foi elemento crucial para os sucessivos golpes de Estado que o país contém na sua história. As invasões do país nos seus vizinhos Irã e Kuwait são exemplos da atuação e de uma aplicação conturbada da doutrina *ba'ath*, que possuía o intuito que formar uma união entre os Estados árabes com um governo tido como progressivo revolucionário. Apesar de possuir um sentimento regionalista de unir os países árabes retomando os seus valores, o governo de Saddam Hussein foi autoritário, usando forças bélicas opressivas para “unir” o povo árabe. Não apenas suas forças paramilitares eram extremamente sanguinárias, mas o próprio também o era - nos 24 anos de sua ditadura, Hussein eliminou quase inteiramente todas as organizações que se indispuseram com ele e com suas diretrizes governamentais.

A ditadura de Saddam Hussein foi marcada por diversos conflitos com seus países vizinhos, utilizando a força ao invés de argumentação pacífica para unir os países árabes. A doutrina *Ba'ath* parece ter ficado perdida na motivação inicial para a tomada de poder, não aparecendo na sua verdadeira concepção durante todo o período em que Hussein governou o país. O principal ponto que levou à utilização do caso do Iraque para falar sobre o modelo de ditadura militar foi o fato do país passar por diversos golpes de Estado no decorrer da sua história, sendo esses majoritariamente golpes militares que exerciam sua força opressiva interna e externamente - contra a sua própria população e contra os países próximos a si. O governo de Hussein é notório entre os casos ditatoriais, pois sofreu intervenções de outros países para que não ocorresse o agravamento da situação da população iraquiana.

Contrapondo-se ao caso do Iraque, que teve uma ditadura altamente militarizada, o caso de Angola possui caráter mais político do que militar. O exemplo de ditadura política possui alguns aspectos em comum com o caso de ditadura revolucionária. Assim como o caso de Cuba, após alcançar a independência de seu colonizador, foi instaurada uma ditadura em que somente um partido político comandou o país. No caso de Cuba, o Partido Comunista de Cuba governa o país há quase seis décadas; já em Angola, o Movimento Popular de Libertação de Angola lidera o país há 43 anos - ou seja, desde a conquista de sua independência em relação a Portugal. Em ambos os casos, a luta armada representa fator principal para o sucesso da tomada de poder, seja retirando o poder das mãos de Fulgencio Batista ou dos colonizadores portugueses, como nos casos de Cuba e Angola, respectivamente.

Segundo Silva (2007), o movimento independentista de Angola foi liderado por três grupos, o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Libertação Total de Angola (UNITA). Esses três grupos se enfrentaram, muitas vezes, por conta de rivalidades internas. O processo para a libertação do país começou em 1961, já com luta armada, mas foi somente em 1974, com a queda do regime salazarista, que o processo de descolonização foi iniciado, pois os portugueses se viram incentivados a apoiar a independência de Angola.

Após a declaração da independência, os três principais grupos pró-independência começaram uma disputa mais acirrada para saber quem iria comandar o país em seu processo de transformar-se em uma república, e isso vem se arrastando até hoje. O MPLA sempre teve maior força comparativamente com o UNITA e o FNLA, sendo que esses últimos dois, em certas ocasiões, uniram-se para tentar derrubar o MPLA. Essas tentativas de derrotar o MPLA utilizavam forças bélicas, tais como aviões militares, tanques, carros blindados e foguetes. Apesar das tentativas, o MPLA sempre se manteve acima dos outros dois, pois é mais forte internamente do que aqueles, dado o incentivo popular às ações deste.

No processo de independência, Portugal sediou em 1975 uma reunião para serem acordados os termos para a transferência de poder em Angola, encontro que ficou conhecido como Acordo de Alvor. Esse acordo estabelecia que o UNITA, o MPLA e o FNLA iriam fazer parte do governo de transição, juntamente com Portugal, até que uma nova Constituição fosse criada e que a administração fosse nomeada. Esse acordo foi realizado em janeiro de 1975 e, dez meses depois, seria realizada eleição para decidir qual grupo assumiria o governo após a oficialização da independência.

Apesar disto, houve confronto direto entre o MPLA e o FNLA por conta da concorrência para guiar o país no novo período sem controle português. Devido à falta de autoridade no país e o grau de violência causados pelos confrontos no período de transição, o Acordo de Alvor acabou sendo anulado em agosto de 1975, antes mesmo das eleições para decidir qual dos três grupos iria liderar a transição. Apesar de fazer parte do governo de transição, a UNITA não se engajou nos confrontos para a dominação da administração do novo governo, sendo somente a FNLA a grande adversária da MPLA.

No final das contas, Portugal acabou deixando os três movimentos decidirem entre si quem iria governar Angola. O conflito foi solucionado pela utilização da força, sendo que o MPLA foi o vitorioso, uma vez que possuía melhores capacidades para implementação de uso de força. O MPLA acabou levando os outros dois movimentos a se retirarem de Luanda e, uma vez que foi o único que permaneceu na capital, chegando o dia da consolidação da independência o movimento se tornou o grupo que guiou a nova fase política de Angola. Desde a sua libertação dos portugueses até a atualidade, o país foi comandado por representantes do MPLA - o mais longo deles foi José Eduardo dos Santos, que assumiu em 1979, realizou a transição republicana em 1992, e permaneceu no poder até 2017.

Criado em 1961, o movimento era composto, em sua maioria, por mulatos angolanos, que eram, muitas vezes, intelectuais exilados. O primeiro presidente da Angola pós-independência foi Agostinho Neto que, governando entre 1975 e 1979, somente se juntou ao movimento em 1962 após escapar da prisão. Este era conhecido como um dos mais famosos líderes nacionalistas do país. Por conta disto, um dos fundadores do MPLA, Mário de Andrade, se viu determinado em recrutar Agostinho para as forças independentistas. O movimento possuía como ideologia o marxismo, por terem integrantes de esquerda e pelo vínculo que os líderes e fundadores do movimento tinham com o Partido Comunista francês.

Um ponto negativo para a atuação do MPLA era a sua composição, predominantemente mulata. Acredita-se, segundo Silva (2007), que os pontos que motivaram Mário de Andrade a recrutar Agostinho Neto para o movimento eram o fato de este ser negro e o MPLA estar tentando superar a sua limitação. Esta é tida como limitação uma vez que a legitimidade do grupo era frequentemente questionada por não representarem fielmente a população angolana. No começo da guerra civil voltada para a independência, o MPLA ainda tentava manter o seu posicionamento marxista velado, assumindo uma posição mais neutra, almejando atrair o apoio dos Estados Unidos para o movimento, algo que não conseguiram. A partir de 1964, o MPLA assumiu publicamente o seu posicionamento, fortalecendo relações com a União Soviética e outros países africanos, já independentes, que também tinham vínculos com o Estado socialista, como a Tanzânia que, sob o governo de Julius Nyerere, durou entre outubro de 1964 e novembro de 1985.

Com a consolidação da independência, Angola foi chefiada por quatro presidentes - somente três destes eleitos pela população - todos pertencentes do Movimento Popular para a Liberação de Angola. O primeiro presidente foi Agostinho Neto, nome predominante no movimento pró-independência. Este acabou falecendo no exercício do cargo e foi sucedido por Lúcio Lara, que governou durante onze dias em um governo provisório, até a eleição de um novo presidente, José Eduardo dos Santos. O fato do país ter saído direto do domínio dos colonizadores portugueses para o domínio de um único partido político dificultou a implementação de uma democracia contemporânea. A predominância de um único partido durante os 43 anos da existência de uma república angolana impede a denominação do país como uma nação democrática, pois a falta de alternância dos governantes e a pouca diversidade partidária contradiz o que se vê em uma democracia. Santos foi extremamente criticado nacional e internacionalmente por essa falta de alternância, mas persistiu no cargo até 2017.

Apesar disto, durante o começo dos anos 1990, o país passou por um processo de “redemocratização”, deixando de chamar-se República Popular de Angola e passando a ser denominada República de Angola. A transição para a democracia foi efetuada dois anos após o começo do processo. O presidente José Eduardo dos Santos, que governou durante doze anos antes da transição, governou por mais 25 anos após a mudança. Apesar disto, o país passou por quatro tipos de transição interna, sendo a primeira da guerra para a paz. A segunda foi a troca de uma economia centralizada para uma economia aberta ao mercado internacional. A terceira foi a mudança de um sistema unipartidário para o pluripartidarismo. Por fim, a quarta forma de transição foi da miséria para o desenvolvimento, visando melhorias para a população de forma mais consciente e responsável. Essas transições visavam a encaixar Angola nos padrões contemporâneos de democracia, afastando o estigma de ditadura do governo de Santos.

Esse período de transição nos anos 1990 representou a passagem de um país revolucionário subdesenvolvido para um que esteja inserido no mercado internacional, em caráter industrial liberal. Além da mudança econômica, a alteração no sistema eleitoral é de suma importância para o país em seu processo de se tornar uma democracia. Isto se deve ao fato de ter favorecido o surgimento de partidos políticos, não vinculados ao governo, que pudessem exercer uma certa autonomia como oposição. Apesar disto, o país continua sendo governado pelo

Movimento Popular para a Liberação de Angola, em que o último presidente foi eleito na segunda metade de 2017, o senhor João Manuel Gonçalves Lourenço.

Juntamente com Cuba, Angola é um país em que a predominância de um único partido ainda permanece no século XXI. Tanto no caso do Chile quanto do Iraque, essa fase já foi superada, acabando o período autoritário destes em 1990 e em 2003, respectivamente. Uma maior abertura política, com a alternância do partido político governante, certamente é uma das dificuldades do Estado angolano.

Os casos do Iraque e de Angola são historicamente diferentes entre si, mas representam os dois lados de uma mesma moeda, em termos de modelos de ditaduras. Uma ditadura militar e uma política possuem a predominância de somente um grupo nas funções de tomada de poder. Este grupo pode ser uma coalizão política, a representação unipartidária ou de um grupo “extra-político”, tais como os militares.

Considerações finais

O conceito de ditadura, na sua originalidade, foi um mecanismo extraordinário para a manutenção do sistema republicano romano, tal como explicitado em Bobbio (2004) e em Direito (2017). Como uma instituição bem desenvolvida, possuía as suas limitações, e o rito a ser seguido para a ativação do mecanismo. Um ditador poderia ser nomeado pelos cônsules romanos, após a aprovação dos tribunos, desde que a república se encontrasse em uma situação de perigo iminente. As situações passivas de recorrer à ditadura variava entre período de guerras e conturbação pública.

Com período de duração bem definido e com limitações de seus poderes, a ditadura romana não podia alterar a constituição ou interferir nos tribunos e na sua capacidade de legislar. O ditador podia interferir em praticamente todas as áreas da república, centralizando o poder romano nas suas mãos, para facilitar e desburocratizar o processo decisório durante período de calamidade pública. Findada a motivação da existência da ditadura ou passado o prazo de vigência do mecanismo, o ditador retira-se da sua posição e a ordem pré-existente da república romana era retomada.

Como foi visto anteriormente, a ditadura romana era primordialmente um mecanismo emergencial. O processo que levou a ditadura a ser como a conhecemos atualmente já começou com a própria república romana. Até um certo ponto na história da república romana, o conceito permaneceu dentro da sua originalidade. Mais da metade da existência da república romana viu a ocorrência da transformação da ditadura em um mecanismo dito “temporário” mas que não abria mão de seu poder centralizador findado o período vigente.

A ditadura original não colocava a forma constitucional em perigo, ao contrário da forma moderna, em que o processo de tomada de poder normalmente dá lugar a uma nova forma constitucional. Nos casos de Angola, Chile, Cuba e Iraque, as formas constitucionais foram trocadas, mesmo que as motivações sejam diferentes entre si. De certa maneira, a ditadura moderna é uma contradição ao conceito original. A forma ditatorial da república romana se assemelha mais ao instrumento disposto no capítulo VI da Constituição Federal de 1988, intervenção federal.

Com o intuito de manter a integridade nacional, repelir invasão estrangeira, garantir o exercício dos três Poderes da União, entre outros motivos, a intervenção federal possui - assim como a ditadura romana - limitações para a sua ação, prazo de duração e motivação legítima para a sua existência. O dispositivo da intervenção federal da Constituição é o mecanismo que mais é semelhante à ditadura na sua originalidade. Comparativamente, assim como na ditadura romana, a intervenção precisa ser motivada por riscos sérios à forma constitucional vigente. Esta precisa, também, ser autorizada pelo Poder Legislativo, já com um período de duração previamente fixado. Uma intervenção federal põe em pausa quaisquer mudanças na forma constitucional, mesmo que seja emendas à mesma, situação que também ocorria na ditadura romana. Assim sendo, a intervenção é o mais próximo que se tem da ditadura romana, mas não é na sua completude, dada a natureza antidemocrática desta, em comparação àquela.

Em contraposição, a ditadura moderna é um regime autoritário, que concentra todo o poder de um país nas mãos de seu ditador, ou do grupo deste, seja ele militar ou um partido político. Este conceito, por se contrapor tão diretamente a democracias, acabou se tornando um “vilão” do mundo contemporâneo por conta da sua parcialidade e a incapacidade de levar em consideração a vontade da sua própria população. Em tempos em que o modelo democrático é tão visado, um regime centralizado e autoritário deixou de ser algo aceitável - por isso regimes ditatoriais são igualmente estudados e criticados, uma vez que se contrapõem ao entendimento atual acerca da importância da democracia para a saúde de uma sociedade civil.

As mudanças estruturais ocorridas para a identificação de uma ditadura, desde sua origem até chegar na forma moderna, marcaram a deturpação de um conceito que era auxiliar para a sustentação de um Estado em momentos históricos instáveis. A motivação para tomada de poder que instauraram ditaduras comumente giravam em torno de insatisfação com o governo diretamente anterior. Essa é a motivação essencial e comum entre todos os casos ditatoriais ocorridos ao longo da história.

O primeiro debate de modelos ditatoriais - revolucionária vs. conservadora - gira em torno da motivação para a usurpação do Estado por um seletivo grupo. A Revolução Cubana foi motivada pela insatisfação popular com o regime de Fulgencio Batista, como em Ayerbe (2004). O governo de Batista era tido como conservador, por conta do autoritarismo interno em que

gerenciava o país, apesar da forma progressiva com que liderava Cuba. Por conta dos governos anteriores que, após conseguirem a independência da Espanha, pouco fizeram para diminuir a desigualdade entre as classes sociais cubanas, os grupos revolucionários tomaram o poder das mãos de Batista para dar a devida atenção aos grupos necessitados de assistência do Estado.

O caso de Cuba é o mais evidentemente aplicável de uma ditadura revolucionária, pois a questão principal que motivava os revolucionários era mudar o *status quo*, melhorar a distribuição de renda, melhorar a condição de vida da população em geral. O que ocorreu, no entanto, foi um bloqueio dos países vizinhos na participação econômica do país, dificultando a sua inserção no mercado internacional. O país era um Estado socialista inserido em uma região tomada por países capitalistas, em plena Guerra Fria. Seu isolamento econômico era iminente e acabou concretizando-se, apesar das tentativas da União Soviética em ajudar o país.

Uma série de medidas visando a diminuição das desigualdades foram implementadas, o que ajudou a diminuir um pouco o cenário desigual, mas foram instauradas no começo do regime. Com o isolamento do país, a onda de promoção de igualdade socioeconômica perdeu força, uma vez que o aceleração desta não pode ser mantido. Assim, o país pouco pode fazer para continuar o processo desenvolvimentista, com ênfases de responsabilidade social, chegando a quase estagnar-se no tempo.

Tida como uma ditadura, Cuba possui um mesmo partido comandando o país há quase seis décadas, o Partido Comunista de Cuba. A falta de pluralidade partidária nos últimos 60 anos do Estado cubano dificulta a existência de um pensamento contrário - de que o país não é uma ditadura. Perdurando até a atualidade, o Partido Comunista de Cuba continua liderando o país em um mundo com um cenário amplamente diferente do visto no começo do regime. Buscando inserir-se nas relações exteriores contemporâneas e no mercado internacional, o país continua encontrando resistência e dificuldades internas. Os Estados Unidos, durante o governo de Barack Obama entre 2009 e 2017, promoveram o fim do embargo comercial a Cuba, mas não foi suficiente para findar as restrições ao comércio mundial com a ilha sob a égide dos irmãos Castro - ainda que estes não estejam mais no poder, sua influência é notória no governo do atual presidente.

O caso do Chile mostra um outro lado do debate, em que a tomada de poder era motivada pelo medo e pela ameaça da dominação comunista na América Latina, assim como ocorrido no Brasil, de acordo com Napolitano (2014). O medo da dominação comunista no continente motivou a tomada de poder, geralmente por grupos militares, para a preservação da segurança nacional, doutrina esta que foi amplamente utilizada no continente. Retirando o poder das mãos de Salvador Allende em 1973, Augusto Pinochet adotou uma postura altamente autoritária para a manutenção da segurança do país, mas esta não surtiu o efeito desejado, posto que, sob o comando deste, o país sofreu com um recorde índice de violência interna, por conta do governo fortemente repressivo.

Motivado pela ameaça comunista, Pinochet retirou Allende do poder para que o país não tivesse uma maior ocorrência de aprovação de legislação tidas como de “esquerda”. Pode-se notar que a ditadura chilena foi realmente de cunho conservador, uma vez que Pinochet queria manter o *status quo*, aquele existente anterior ao governo de Salvador Allende. O período ditatorial durou expressamente menos tempo do que o de Cuba, pois a ditadura personalista de Pinochet se viu terminada com a eleição de Patricio Aylwin em março de 1990. Os 17 anos de ditadura chilena passam longe dos quase 60 anos de ditadura cubana, apesar da chilena ter sido muito mais conturbada do que a cubana, por conta da concentração de violência e repressão ocorrida no período. Cuba sofreu com a perseguição dos detratores de Castro, mas não é comparável ao massacre promovido por Allende, ressalvadas as diferenças geográficas que distinguem ambas as realidades.

A ditadura conservadora de Augusto Pinochet serve de clássico exemplo para este debate, bem como a ditadura revolucionária de Cuba. Essas ditaduras também poderiam facilmente se encaixar no próximo debate, ditadura militar vs. política. O exemplo de Cuba serve como caso para analisar uma ditadura política, por conta da predominância de um único partido comandando o Poder Executivo durante todo o período pós-revolução cubana, apesar de oficialmente existirem oito partidos políticos no país. O caso do Chile serve como um exemplo alternativo de ditadura militar, pois as forças utilizadas por Pinochet para a tomada de poder eram militares, por este fazer parte do exército chileno.

O segundo debate se diferencia do primeiro por conta da variável que define cada debate. Esse primeiro debate é definido pela forma como o poder foi tomado e como foi instituída a ditadura, isto é, a variável determinante do primeiro debate é essência da virada de um governo para o outro. O segundo, “ditadura política vs. militar”, trata sobre a natureza do grupo dominante daquele regime. Durante a segunda metade do século XX, o continente americano viu uma onda de golpes militares surgirem, sendo que o Chile foi um dos últimos a adotarem o regime. O grupo dominante da ditadura, desta forma, acaba sendo a variável que domina o segundo debate. As variáveis dos debates não são excludentes entre si, por isso um mesmo caso pode enquadrado em vários debates, além destes dois estudados a fundo nesta tese.

Apesar de ambos os países do primeiro debate serem passíveis de entrarem no segundo debate, este utilizou como estudo de caso os golpes ocorridos no Iraque e em Angola, para os casos de ditaduras militares e políticas, respectivamente. O caso do Iraque parece ser o exemplo com um histórico anterior mais instável do que nos outros países tratados aqui. O país passou por vários golpes de Estado, desde a sua independência do Reino Unido até o governo de Saddam Hussein. A origem dos conflitos do país não são devidos somente a problemas com os seus ex-colonizadores, mas também é devida à diversidade étnica existente na região. Apesar de serem praticantes do islamismo, existem expressivas diferenças entre as culturas dos curdos, dos xiitas, dos sunitas e dos assírios.

Assim como em países africanos, com a errônea partilha do continente, várias tribos rivais foram postas em um mesmo Estado, assim representa a diversidade entre os grupos étnicos no Iraque. Os fatores étnicos representaram dificuldades para a implementação de democracias na região, sendo a origem de diversos conflitos internos no país.

Com a independência da Grã-Bretanha, o Iraque passou por um período em que era comandado por monarcas iraquianos que ainda tinham vínculos com a coroa britânica. Por conta dessa conexão, forças militares começaram a ganhar força interna e tomaram o poder para si. Dentre os líderes estava Saddam Hussein, que se tornou força dominante no país após dois anos da tomada de poder, mesmo que não tivesse oficialmente o título de Chefe de Estado.

As forças militares eram fortes na sua repressão contra os grupos acima mencionados, principalmente os curdos. A questão da minoria curda e a sua vontade de possuir certa autonomia

dentro de seu próprio país foi um ponto central, principalmente quando as tropas americanas invadiram o Iraque e forçaram Saddam a implementar medidas que protegessem a comunidade curda. A invasão norte-americana no país foi motivada pelas sucessivas invasões feitas pelo próprio Iraque nos países vizinhos a si, principalmente no Irã e no Kuwait.

O caráter extremamente militarizado do governo de Saddam Hussein, bem como as sucessivas invasões nos outros países árabes marcaram este período ditatorial na região. Motivado pela doutrina *Ba'ath*, Saddam e seus conterrâneos visavam unir os países árabes, restabelecendo os valores regionais, protegendo-se da influência ocidental. De uma certa forma, assemelha-se à doutrina de segurança nacional utilizada tanto nos casos do Brasil em 1964 e no Chile em 1973. Essa doutrina buscava preservar o país da ameaça comunista, por conta da influência da União Soviética e as relações que mantinha com a Cuba dos irmãos Castro.

A proteção do país contra ameaças que, de certa forma, deturpavam os valores locais era um dos fatores que levava à tomada de poder e a instauração de uma ditadura, mesmo que aquele que estava tomando poder não soubesse que estaria constituindo uma ditadura. Mesmo com a doutrina *Ba'ath* o governo de Saddam Hussein foi autoritário até mesmo com aqueles pertencentes à sua comunidade, não interessava se eram xiitas ou sunitas, curdos ou assírios. Foi somente com a intervenção norte-americana, incorporadas às forças das Nações Unidas, que o país viu um ar democrático chegar ao local.

Ao contrário do ocorrido no Iraque, o caso de Angola não teve um período de transição, em uma tentativa de um governo democrático antes da instauração de uma ditadura. Advinda de uma árdua guerra civil de cunho independentista, o país passou de uma colônia diretamente para uma ditadura, apesar de não ser assim denominada quando foi estabelecida. As forças que guiaram o processo pró-independência eram, principalmente, movimentos estudantis e acadêmicos.

Após a concordância de Portugal em conceder a independência ao país, os três principais grupos participantes dessa luta - MPLA, UNITA e FNLA - tiveram grandes divergências entre si para ver quem iria comandar oficialmente o país findado o período de transição imposto pelos portugueses. Devido à sua maior capacidade bélica, o Movimento Popular para a Liberação de

Angola afugentou os outros grupos, permanecendo sozinha em Luanda e, assim, assumindo o poder do país chegada a independência oficial.

Com um único partido dominando a política interna do país, a Angola é comandada por um político pertencente ao movimento desde 1975 até os tempos atuais. Considerando os modelos democráticos utilizados pelo globo, um governo liderado por um mesmo partido por mais de uma década não parece ser tão representativo assim da sua população. A diversidade e a intercalação partidária virou sinônimo de regimes democráticos, devido ao “respeito” simbólico que parece existir sobre a diversidade interna de um país, seja esta pelas diferenças raciais, sociais ou econômicas.

A saída da condição de colônia e a entrada em uma situação autônoma parece favorecer o surgimento de regimes autoritários. Dentre os quatro países abordados, somente o Chile e Cuba teve o maior período democrático entre o fim da colonização e o começo da ditadura. Antes da revolução, Cuba passou por período em que era governado por representantes dos Estados Unidos e, após este período, teve uma certa instabilidade na sua democracia. O Chile passou pelo mesmo período, mas o seu durou mais tempo do que o ocorrido em Cuba. Os casos de Angola e do Iraque são exemplos dos países que saíram do domínio dos colonizadores e foram parar em regimes ditatoriais.

É possível que o fato de todos estes países terem passado séculos sob o domínio irrestrito de terceiros exerça influência sobre a sua capacidade de instaurar um governo democrático. Contudo, há pouca probabilidade de se comprovar, precisamente, que existe um elo causal entre a colonização e a existência de regimes ditatoriais em ex-colônias. Considerando que não existia autonomia das colônias no período que passam a se auto-governar, a democracia parece cambaleiar por não saber como proceder. Esse comportamento é completamente compreensível, uma vez que esses países foram repentinamente colocados como Estados livres. Talvez por terem sido “libertos” de forma abrupta que esses países acabaram estabelecendo regimes ditatoriais, justamente por não saberem como avançarem e por terem medo de perderem as liberdades conquistadas.

Não só para os quatro países tratados aqui, mas também para todos os países latino americanos e africanos, aqueles que tiveram longos períodos coloniais, haverá uma certa

difficuldade em estabelecer governos verdadeiramente democráticos que respeitem a diversidade existente nesses países. Os desafios enfrentados por estes países, desde a proclamação da sua independência, o estabelecimento de regimes ditatoriais e o fim desses regimes, será eleger periodicamente governos capazes de respeitar a constituição vigente, bem como a forma de separação de poderes que esses Estados adotam e que visem a prosperidade nacional junto com a cooperação internacional.

Mesmo parecendo plausível, é uma possibilidade à qual falta embasamento para com ela corroborar. Sendo, então, uma alternativa para a explicação deste fenômeno com caráter meramente especulativo, trataremos agora da hipótese central dessa dissertação.

Assim como foi apresentado na introdução desta, gostaria de lembrar que a hipótese central dessa monografia seria determinar qual parece ser o fator predominante em governos ditatoriais para que sejam assim classificados. Uma das possibilidades é o caráter centralizador do poder do ditador. Vejamos, os quatro casos levantados possuíam certos e variados graus de centralização. Porém, existem governos que foram centralizadores, mas não eram considerados ditatoriais. Os casos atuais de Estados que possuem uma estrutura centralizadora mas não são tidos como ditatoriais são: França, Japão, Portugal e Suécia.

Descartado o fator da centralização, o outro critério determinante seria a falta da realização de eleições periódicas. Nos quatro casos, os regimes apresentavam duas formas: realizavam eleições suspeitas de serem fraudulentas ou simplesmente não as realizava. No caso de Cuba, o país realizava eleições periódicas, porém a falta de oposição que tenha liberdade para se expressar dificulta a concretização de que se trata de um regime democrático. Com forte caráter opressor, o governo de Augusto Pinochet realizava plebiscitos regularmente para forjar uma legitimidade ao período, porém a inexistência de oposição com liberdade de expressão prejudica esta. No governo de Hussein, eram realizados referendos para determinar o governante do país, mas eram notadamente todos fraudados. Em 2002, foi realizado um referendo no país, para se autorizar ou não um novo governo a Hussein, resultando em quase 12 milhões de votos (100%) a favor à renovação do mandato de sete anos deste, de acordo com uma notícia da Folha (2002). Parece um pouco difícil, em uma democracia, um governante ter 100% de aprovação ou dos votos. O caso de Angola, por sua vez, é um pouco peculiar em relação aos outros. Como

tratado em seu capítulo específico, em 1990 o país começou a passar por um período de redemocratização. Nesse período, começaram a ser realizadas eleições periódicas a partir de 1991. Mesmo assim, o país continua sendo governado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola, o que acontece desde sua independência de Portugal. Desta forma, a realização de eleições não parece representar fator central para a determinação de um governo como uma ditadura.

O último critério levantado que, possivelmente, explicaria o que une diferentes tipos de ditadura é o fator violência/autoritarismo. A violência é algo que existe em comum nesses quatro países. Conhecido pelo alto grau de violência, o governo de Pinochet limitava a liberdade de expressão de seus cidadãos, oprimindo todos aqueles que se opunham ao governo deste. No caso do governo de Saddam Hussein, a violência expandiu o seu alcance, uma vez que a truculência do governo não se restringiu somente à população iraquiana, mas também atingiu os vizinhos do país, como nos casos das invasões de Kuwait e do Irã. A questão da violência em Angola tem relações diretas com a perseguição de opositores e as restrições a liberdades individuais, assim como o ocorrido em Cuba, a partir da Revolução cubana.

A violência, evidente em diferentes graus em cada um dos casos, parece ser o elemento central de regimes ditatoriais, englobando, assim, as restrições a liberdades individuais, bem como o direito de ir e vir - como no caso de Cuba - e a opressão contra opositores dos regimes. Analisando esses governos, o caráter autoritário, com a restrição das liberdades dos cidadãos, demonstra-se o verdadeiro elemento que determina se um governo pode ser chamado de ditatorial ou não. Observando por essa ótica, o conceito deixa de ser tão nebuloso, uma vez que pode-se estabelecer os critérios verdadeiros de regimes ditatoriais.

Bibliografia

- ARAVENA, Francisco Rojas. Chile: mudança política e inserção internacional, 1964-1997. Rev. Bras. Polit. Int. 40 (2): 49-75, 1997.
- AYERBE, Luis Fernando. A Revolução Cubana. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BBC. Referendo no Iraque tem 100% dos votos para Saddam. Acessado em 07 de dezembro de 2018, às 10h40, pelo link: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021016_iraqcb.shtml
- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora Unb, 2004, p. 368 a 379.
- BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Vol. 7. São Paulo: Paz e Terra, 2012. – BCE 342.1 B663s - 690
- BUENO, Francisco da Silveira. Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: FAE, 11ª ed., 1991.
- CONGRESS, Library of. Country Profile: Iraq. Federal Research Division, August 2006.
- DIREITO, Carlos Gustavo. Considerações Jurídicas sobre a Ditadura Republicana Romana. Revista EMERJ, Rio de Janeiro, v. 20, n. 79, p. 143 - 158, Maio/Agosto 2017.
- DUVERGER, Maurice. De la dictature. René Julliard, 1961.
- FOLHA de S. Paulo. Fidel vence “eleição” de partido único”. Acessado em 07 de dezembro de 2018, às 14h30, pelo link: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2101200303.htm>
- MELARAGNO, Joseph G. e OLLUNGA, James O. Rebuilding Iraq: The United States’ Role. Stanford University, 2003.
- MENDES, Ricardo A. S. 40 anos do 11 de setembro: o golpe militar no Chile. Revista Estudos Políticos, n. 7, 2013, p. 172-190.
- MOORE, Clement H. The single party as a source of legitimacy. SP Huntington and CH, 1970.
- NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- NEUMANN, Franz. Notas sobre a teoria da ditadura. Estado Democrático e Estado Autoritário, 1969.

PEIXOTO, José Carlos de Matos. Curso de Direito Romano. 4 ed. Rio de Janeiro: Haddad-Editor, 1960, p. 426.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. Editora Centaur, 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei. Ditadura. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Contexto, 2 ed., 2009.

WIKIPÉDIA. Lista de presidentes de Cuba. Acessado em: 27 de outubro de 2018, às 16h40, pelo link: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_de_Cuba

WIKIPÉDIA. List of political parties in Cuba. Acessado em: 28 de novembro de 2018, às 15h30, pelo link: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_political_parties_in_Cuba

WIKIPÉDIA. Lista de presidentes do Chile. Acessado em 29 de outubro de 2018, às 10h30, pelo link: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_do_Chile

WIKIPÉDIA. Bakr Sidqi. Acessado em 12 de novembro de 2018, às 15h24, pelo link: https://en.wikipedia.org/wiki/Bakr_Sidqi

WIKIPÉDIA. Rashi Ali al-Gaylani. Acessado em 13 de novembro de 2018, às 10h40, pelo link: https://en.wikipedia.org/wiki/Rashid_Ali_al-Gaylani#1941_Iraqi_coup_d'%C3%A9tat

WIKIPÉDIA. List of Presidents of Iraq. Acessado em 13 de novembro de 2018, às 12h30, pelo link: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_Presidents_of_Iraq

WIKIPÉDIA. Ba'athism. Acessado em 13 de novembro de 2018, às 15h10, pelo link: <https://en.wikipedia.org/wiki/Ba%27athism>

WIKIPÉDIA. Saddam Hussein. Acessado em 13 de novembro de 2018, às 15h30, pelo link: https://en.wikipedia.org/wiki/Saddam_Hussein#Invasion_of_Iraq_in_2003

WIKIPÉDIA. Augusto Pinochet. Acessado em 4 de novembro de 2018, às 09h40, pelo link: https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Pinochet

WIKIPÉDIA. Lista de presidentes de Angola. Acessado em 24 de novembro de 2018, às 15h40, pelo link: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_de_Angola

WIKIPÉDIA. Julius Nyerere. Acessado em 25 de novembro de 2018, às 11h20, pelo link: https://pt.wikipedia.org/wiki/Julius_Nyerere

WIKIPÉDIA. Centralismo. Acessado em 07 de dezembro de 2018, às 11h30, pelo link: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Centralismo>